

LEI MUNICIPAL Nº 1.505/2005

“Altera a Lei nº 1.159, de 29 de dezembro de 2000, que dispõe sobre a regulamentação do Fundo Municipal do Meio Ambiente e dá outras providências”.

A Câmara Municipal de Brumadinho aprovou, e eu, Prefeito Municipal, em seu nome, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica instituído o Fundo Municipal do Meio Ambiente – FMMA, com o objetivo de garantir o desenvolvimento de projetos que visem o uso racional e sustentável dos recursos naturais existentes no Município, bem como facilitar e administrar a captação, o repasse e a aplicação de recursos destinados ao desenvolvimento de ações que visem à proteção, conservação e melhoria da qualidade ambiental no Município de Brumadinho.

Art. 2º - O Fundo Municipal de Meio Ambiente, vinculado à Secretaria Municipal de Meio Ambiente e CODEMA, tem natureza contábil, indispensável para a garantia das ações ligadas ao Meio Ambiente do Município de Brumadinho, tendo vigência determinada.

Parágrafo único - A estrutura organizacional e o desenvolvimento de atividades do Fundo constarão de normas próprias aprovadas pelo CODEMA e homologadas em Decreto pelo Chefe do Executivo Municipal.

Art. 3º - São receitas do Fundo Municipal de Meio Ambiente:

- I. dotações orçamentárias do Município e créditos adicionais que a Lei estabelecer no transcorrer de cada exercício;
- II. doações, contribuições em dinheiro, valores, bens móveis e imóveis que venha receber de pessoas físicas ou jurídicas nacionais ou internacionais;
- III. créditos provenientes da aplicação de penalidades oriundas de violação das normas de proteção ambiental ocorridas no Município, no âmbito de sua competência;
- IV. recursos provenientes de transferências do Fundo Nacional do Meio Ambiente e do Fundo Estadual de Defesa Ambiental;
- V. rendimento de qualquer natureza, que venha a auferir como remuneração decorrente de aplicações financeiras dos recursos disponíveis;
- VI. recursos obtidos da venda de publicações e materiais, além daqueles advindos de campanhas e eventos, todos relacionados com a causa ambiental;
- VII. recursos advindos de convênios, consórcios, acordos e contratos firmados entre o Município e instituições privadas e públicas, nacionais, federais, municipais e internacionais;
- VIII. recursos decorrentes de operações de crédito, internas e externas, destinados aos programas e projetos da área ambiental;
- IX. valores correspondentes à restituição do principal e rendimentos provenientes de financiamentos efetuados com recursos do Fundo Municipal do Meio Ambiente;
- X. emolumentos de análise de processos de licenciamento;
- XI. recursos havidos da implementação do P.R.F.;
- XII. recursos resultantes de penas pecuniárias aplicadas por infrações à legislação ambiental.

§ 1º - As dotações previstas no Orçamento Municipal serão automaticamente transferidas para a conta

do Fundo Municipal do Meio Ambiente, conforme programação financeira e cronograma de desembolso, nos termos do art. 8º da Lei Complementar nº 101/2.000.

§ 2º - Os recursos que compõem o FMMA serão depositados em instituição financeira estatal, em conta especial, sob a denominação: Fundo Municipal do Meio Ambiente – FMMA.

§ 3º - A contabilidade e a prestação de contas do Fundo obedecerão as normas da prestação, organização e desenvolvimento de atividades estabelecidos em Lei e regulamentos específicos, bem como à aprovação do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais.

§ 4º - O saldo financeiro do FMMA, apurado em balanço ao final de cada exercício, será transferido para o exercício seguinte, a crédito do mesmo Fundo.

Art. 4º - As verbas do FMMA serão aplicadas em conformidade com o seu “Plano de Aplicação de Recursos”, sendo admitida a celebração de convênios, consórcios, acordos ou ajustes com órgãos e entidades da Administração Direta ou Indireta da União, dos Estados e dos Municípios, bem assim com entidades privadas cujos objetivos sejam a proteção e preservação do Meio Ambiente e desde que não possuam fins lucrativos.

Art. 5º - Os recursos financeiros serão aplicados em projetos nas seguintes áreas:

- I. recomposição de áreas degradadas, desde que não identificado o agente degradador ou não seja possível a implementação da obrigação de fazer;
- II. conservação e aproveitamento econômico, racional, sustentável, dos recursos naturais sustentáveis, dos recursos naturais existentes;
- III. educação ambiental;
- IV. controle e fiscalização ambiental;
- V. parques municipais.

Parágrafo único – Para a realização dos projetos acima declinados, fica autorizada a aquisição e manutenção de equipamentos, custeio de serviços, celebração de convênios, consórcios, acordos e termos, bem como quaisquer outras medidas de necessidade comprovada, observadas as determinações legais.

Art. 6º - O Fundo Municipal do Meio Ambiente terá gestão pelo Secretário Municipal de Meio Ambiente e fiscalizado por um Conselho Fiscal composto por 6 (seis) membros e seus respectivos suplentes, sob acompanhamento e fiscalização do Ministério Público, com mandato de 2 (dois) anos, admitida uma única recondução, integrado por:

- I. 01 (um) membro de livre indicação do Prefeito Municipal, que tenha notório envolvimento com as atividades de preservação do Meio Ambiente;
- II. 01 (um) representante eleito entre os diretores dos estabelecimentos de ensino existentes no Município;
- III. 01 (um) representante indicado pela Secretaria Municipal de Saúde;
- IV. 01 (um) contador indicado pelo Secretário Municipal de Defesa do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável;
- V. 01 (um) representante do Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente – CODEMA ou, na falta deste, da sociedade civil.

Parágrafo único – A participação no Conselho Fiscal é considerada de relevante interesse público, terá caráter voluntário e não será remunerada.

Art. 7º - O Conselho Fiscal terá um presidente eleito por maioria de votos de seus membros, em votação direta e secreta, para um mandato de 2 (dois) anos, admitida uma única reeleição.

Art. 8º - São atribuições do Presidente do Fundo Municipal do Meio Ambiente:

- I. apresentar anualmente o “Plano de Aplicação de Recursos”;
- II. acompanhar a execução do plano referido no inciso anterior, mediante a disponibilidade financeira.

Art. 9º - A gestão administrativa, financeira e contábil do Fundo será exercida pelo gestor, o qual, através de balancetes semestrais e outros demonstrativos contábeis e do Balanço Geral no fim de cada exercício, prestará contas de sua gestão ao Conselho Fiscal, ao qual compete o acompanhamento, bem como a fiscalização da aplicação dos recursos pelo Fundo.

Parágrafo único - A movimentação financeira será realizada mediante assinatura conjunta do Presidente e de um tesoureiro, designado pelo Secretário Municipal de Saúde.

Art.10 - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a incluir no Plano Plurianual – PPA, referente ao quadriênio de 2006 a 2009 e na Lei de Diretrizes Orçamentária – LDO do Município de Brumadinho para 2006 as diretrizes gerais, os objetivos e as metas decorrentes da implantação e execução desta Lei.

Art. 11 – As despesas decorrentes da aplicação desta Lei correrão à conta de dotações alocadas na Lei Orçamentária.

Art. 12 – Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 13 – Revogam-se as disposições em contrário.

Antônio do Carmo Neto
Prefeito Municipal